



DataPrivacyBR
Research

Relatório bianual
Data Privacy Brasil
2022-2023

A Data Privacy Brasil é uma organização que nasce da união entre uma escola e uma associação civil em prol da promoção da cultura de proteção de dados e direitos digitais no Brasil e no mundo.

Fundada em 2018, a Data Privacy Brasil Ensino surge como um espaço para difundir e inovar no conhecimento sobre privacidade e proteção de dados no país. Com conteúdo adaptado para um linguagem mais prática, com exercícios e estudos de caso, esta é uma escola para todos aqueles que se interessam e querem se aprofundar na rica temática da privacidade, proteção de dados e novas tecnologias.

A Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos e suprapartidária, que promove a proteção de dados pessoais e outros direitos fundamentais a partir de uma perspectiva da justiça social e assimetrias de poder.

Em 2023, as duas instituições passaram por um processo de integração e criação de uma teoria de mudança unificada. A missão da Data é promover direitos fundamentais e valores enraizados na justiça social diante de tecnologias contemporâneas e processos de datificação. Ao navegar em uma dinâmica que é local-global e nos ancorando em uma estratégia em rede, a Data busca formar e disseminar conhecimento para contribuir com um ecossistema informacional justo.

A Data tem como visão uma sociedade democrática, com instituições adequadas, na qual as tecnologias estejam a serviço da autonomia, dignidade das pessoas e redução das assimetrias de poder.

www.dataprivacy.com.br
www.dataprivacybr.org

Ficha técnica

Direção

Bruno Bioni, Mariana Rielli e Rafael Zanatta

Coordenação

Carla Rodrigues, Jaqueline Pigatto, Pedro Martins, Pedro Saliba e Victor Barcellos

Equipe

Alicia Lobato, Barbara Yamasaki, Eduarda Costa, Eduardo Mendonça, Gabriela Vergili, Giovana Andrade, Isabelle Santos, Johanna Monagreda, João Paulo Vicente, Júlia Mendonça, Larissa Pacheco, Louise Karczeski, Matheus Arcanjo, Mekebib Assefa, Nathan Paschoalini, Otávio Almeida, Pedro Henrique, Rafael Guimarães, Rennan Willian, Rodolfo Rodrigues e Vinicius Silva

Licença

Creative Commons

É livre a utilização, circulação, ampliação e produção de documentos derivados desde que citada a fonte original e para finalidades não comerciais.

Imprensa

Para esclarecimentos sobre o documento e entrevistas, entrar em contato pelo e-mail imprensa@dataprivacy.br



Sumário

1	Quem somos	5
2	Carta da Diretoria: os anos 2022 e 2023	9
3	O biênio em números	13
4	Projetos	16
5	Comunicação e Marketing	33
6	Data Privacy Global Conference (DPGC)	40
7	Governança	42
8	Financiamento	46
9	Perspectivas para o futuro da Data	49





01.

Quem somos:

A história

da Data

Quem somos:

A história da Data

A Data Privacy Brasil teve início antes da aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no Brasil, em 2017, em um momento de efervescência dos direitos digitais no país e demanda de capacitação de profissionais que pudessem trabalhar com temas de privacidade e proteção de dados pessoais.

Nos primeiros dois anos, a Data Privacy Brasil focalizou suas atividades em formações, capacitações e treinamento de profissionais. Surgiram os cursos especializados e a formação em “Privacidade e proteção de dados: teoria e prática”, curso de 58 horas que capacitou 1.500 lideranças no país desde sua criação.

No final de 2019, foi criada a Associação de Pesquisa a partir do apoio filantrópico de organizações como Fundação Ford, Open Society Foundations e AccessNow. Iniciaram-se projetos pioneiros sobre proteção de dados pessoais no contexto da pandemia, direitos fundamentais no uso de dados na persecução criminal e as relações entre concentração de dados e concentração de poder de mercado no direito concorrencial. A Data atuou junto ao Supremo Tribunal Federal no “caso IBGE”, que reconheceu a existência do direito fundamental autônomo à proteção de dados pessoais, e participou de audiências públicas no Senado Federal para aprovação de uma emenda constitucional sobre o reconhecimento desse novo direito fundamental em nossa Constituição Federal.



Entre as iniciativas pioneiras da Data Privacy Brasil, estão a criação do primeiro webdocumentário sobre a história da proteção de dados pessoais no Brasil (“Memória da LGPD”), o podcast **Dadocracia**, a newsletter semanal **Tabuleiro** e o **Clube Data**, plataforma que permite acesso a aulas exclusivas, materiais de formação e trocas entre profissionais da área. Partindo das relações criadas em sala de aula, foi dado início ao projeto **Embaixadas da Data**, que gera oportunidades de conexão entre pessoas interessadas em direitos digitais nos territórios.

A inclusão de novas vozes e orientação ao interesse público fazem parte da história da organização. A Data firmou convênios não onerosos com a Defensoria Pública do Rio de Janeiro, a Defensoria Pública de São Paulo e a Defensoria Pública da Bahia. A organização realizou capacitações para lideranças comunitárias em diferentes territórios e mantém uma política permanente de bolsas nos seus cursos e na **Data Privacy Global Conference**.

A DPGC tornou-se um marco da integração entre escola e associação de pesquisa. Criada como um novo espaço de excelência do Sul Global, a DPGC atraiu mais de 1000 participantes e lideranças de mais de 30 países em suas três primeiras edições, realizadas em São Paulo na FAAP, ESPM e Cásper Líbero.

A atuação da Data ocorre tanto no território brasileiro quanto nos espaços internacionais de discussão de novos direitos e afirmação de princípios para governança de novas tecnologias. Por isso, a Data integra importantes redes civis como a Coalizão Direitos na Rede, o Pacto pela Democracia, o Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, a Digital Trade Alliance, a Global Network Initiative, o Civil Society Information Society Advisory Council da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e a Partnership on Artificial Intelligence.

Com o apoio de filantropias como Instituto Clima e Sociedade, Luminare e National Endowment for Democracy, a Data Privacy Brasil tem ampliado sua atuação para

novos temas como ecossistema informacional justo, justiça climática e acesso à informação, justiça de dados e estratégias de cooperação Sul-Sul. A Data Privacy Brasil defende que os problemas de datificação e novos direitos fundamentais vão além da proteção de dados pessoais.

A Data Privacy Brasil atua de forma suprapartidária e com base em princípios éticos, integrando a pesquisa, o ensino e a incidência de interesse público. Atualmente, a Data integra o Conselho Nacional de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais. A organização é uma das fundadoras da Aliança do Sul Global.

Em 2023, foi formulada uma nova teoria de mudança integrada, com duração até o ano de 2026. A missão da Data é promover direitos fundamentais e valores enraizados na justiça social diante de tecnologias contemporâneas e processos de datificação. Ao navegar em uma dinâmica que é local-global e nos ancorando em uma estratégia em rede, a Data busca formar e disseminar conhecimento para contribuir com um ecossistema informacional justo





02.

Carta da
diretoria: os
anos de 2022
e 2023

Carta da diretoria: **os anos de 2022 e 2023**

Os anos de 2022 e 2023 foram marcados pela consolidação do trabalho da Data Privacy Brasil na agenda de direitos fundamentais e novas tecnologias no Brasil a partir de um olhar estratégico para as questões de democracia e datificação no Sul Global.

Em 2022, a Data criou uma nova arena de diálogos multissetoriais sobre privacidade e proteção de dados pessoais com a Data Privacy Global Conference (DPGC), que reuniu 300 pessoas em São Paulo e representantes de organizações civis de países como Gana, Índia, Colômbia, Quênia, México, República Democrática do Congo, Senegal, Uruguai, Uganda e Zâmbia. Em 2023, realizamos a segunda edição em São Paulo, com a presença de representantes do governo, empresas, academia e terceiro setor, além de novamente forte presença internacional.

Este olhar para o Sul Global foi afirmado na criação de uma Aliança do Sul Global em parceria com a Aapti Institute, organização indiana, e a Paradigm Initiative, organização pan-africana. Juntos, articulamos encontros de representantes de entidades civis de direitos digitais na RightsCon, no Digital Rights and Inclusion Forum e no Internet Governance Forum. Na DPGC de 2023, em um momento muito simbólico, lançamos juntos o Fundo de Datificação e Democracia, dedicado ao financiamento de projetos para ONGs e centros de pesquisa.

Essa atuação global e Sul-Sul não se descolou de nossa atuação local, no território. Neste período, formamos jornalistas e investigadores com o programa de bolsas para jornalistas negros do Tecnoautoritarismo, em parceria



com The Intercept Brasil e a Conectas Direitos Humanos. Produzimos o documentário Justiça Social na Era dos Dados e produzimos materiais sobre violações de direitos fundamentais em novas tecnologias como CórteX e Harpia Tech para eventos como a CriptoFunk.

Inauguramos, também, uma nova fase do nosso projeto com as Defensorias Públicas de São Paulo e Rio de Janeiro, com enfoque nas comunidades periféricas. Em 2022, iniciamos o Ciclo Formativo em Direitos Digitais e Proteção de Dados Pessoais para Lideranças Populares, com o apoio do Defensor Público Geral do Rio de Janeiro e conduzimos uma pesquisa com mais de 500 participantes de comunidades periféricas. Lançamos o livro “Construindo Caminhos para a Justiça de Dados no Brasil” e consolidamos três anos de pesquisa aplicada no tema de acesso à justiça e proteção de dados.

Partindo dessa abordagem local-global e por nossa atuação em rede, conseguimos vitórias importantes nos anos de 2022 e 2023, como a incidência no caso Inep sobre exclusão de dados do Censo Escolar, em parceria com Open Knowledge, a reforma das regras eleitorais sobre proteção de dados pessoais no Tribunal Superior Eleitoral em colaboração com InternetLab, a ampliação da divulgação de informações no DivulgaCand e a sustentação oral no Supremo Tribunal Federal no julgamento do caso sobre o Cadastro Base Cidadão, em diálogo com o Conselho Federal da OAB.

Iniciamos, também, batalhas de longa duração, como a tentativa de aprovação de uma legislação federal sobre usos da Inteligência Artificial no Brasil. Um de nós participou diretamente na Comissão de Juristas que elaborou um projeto de lei sobre IA no Senado Federal (PL 2338). Em 2022, participamos de diversas audiências públicas no Congresso Nacional e, em 2023, apresentamos nosso estudo técnico sobre o tema, em defesa de uma regulação baseada no risco e em direitos fundamentais. Fomos convidados para apresentar nossas pesquisas em importantes encontros, como Alan Turing Institute, CPDP Brussels e Global Data Justice de Tilburg.

Na escola, continuamos nossa formação em proteção de dados pessoais e ajudamos a capacitar advogados, encarregados de proteção de dados, defensores públicos, promotores de justiça e servidores públicos de governos estaduais, municipais e federal. Fortalecemos o programa de Embaixadas da Data Privacy Brasil, criando redes de lideranças locais.

Por fim, entre 2022 e 2023, iniciamos o projeto Ambiente e Informação com apoio do Instituto Clima e Sociedade. Tal projeto busca ampliar a agenda de acesso à informação, proteção de dados pessoais e justiça climática. A partir de tal projeto, ingressamos no movimento do Acordo de Escazú e no Observatório do Código Florestal. Acreditamos que os movimentos de direitos digitais devem estar de mãos dadas com os movimentos ambientalistas e de justiça climática.

Essa atuação qualificada, técnica porém fundada em uma forte convicção em democracia e direitos fundamentais, nos rendeu o convite para ingressarmos em importantes redes internacionais, como a Partnership on AI e a Global Network Initiative, que ingressamos em 2023.

Essas múltiplas atividades revelam o quão complexa é a agenda de direitos digitais e os muitos desafios à nossa frente, em um cenário desafiador de um novo regime climático, crescimento do poder das corporações e os ataques às instituições democráticas, que exigem trabalho permanente de organizações civis e de educação em direitos e democracia.

Somos gratos aos apoiadores da Data Privacy Brasil e aqueles que acreditam no trabalho desenvolvido por nosso time. Para nosso próximo triênio, desejamos construir um ecossistema informacional justo com respeito aos direitos fundamentais. É nossa missão permanente.



03.

O biênio

em números

O biênio em números



Eventos

2022

35 participações em eventos

Exemplos de eventos:

Evento: Investigamos como a nova lei de privacidade (LGPD) está afetando a transparência no Brasil - Don't LAI to Me Especial

Participante: Bruno Bioni, codiretor da Data Privacy Brasil

Evento: Seminário Nacional de Ouvidoria da Região Norte

Participante: Bruno Bioni, codiretor da Data Privacy Brasil

Evento: Privacy Camp 24

Participante: Mariana Rielli, codiretora da Data Privacy Brasil



2023

30 participações em eventos

Exemplos de eventos:

Evento: Proteção de Dados Pessoais e seus Desafios Setoriais: 5 Anos da LGPD

Participante: Rafael Zanatta, codiretor da Data Privacy Brasil

Evento: O conceito e aplicações do Metaverso

Participante: Rafael Zanatta, codiretor da Data Privacy Brasil

Evento: Seminário Internacional: Democracia e Direitos Fundamentais na Era Digital

Participante: Bruno Bioni, codiretor da Data Privacy Brasil

Evento: Evento de celebração aos 5 anos da LGPD

Participante: Rafael Zanatta, codiretor da Data Privacy Brasil

Evento: A Construção do Marco Regulatório da Inteligência Artificial no Brasil

Participante: Bruno Bioni, codiretor da Data Privacy Brasil





04. **Projetos**



Plataformas e Mercado Digitais

A relação da proteção de dados com outras esferas, como a eleitoral, a concorrencial e de grupos (hiper)vulneráveis, como direitos das crianças e adolescentes, se torna mais evidente à medida em que as plataformas e mercados digitais ganham cada vez mais centralidade na vida cívica, com impactos sobre direitos e processos democráticos.

2022

Projeto: Proteção de dados pessoais e infância

Descrição: Tem o objetivo de realizar uma análise ampla sobre privacidade, dados pessoais e infância a partir do acompanhamento de autoridades e leis em todo o mundo.

Publicações:

1. Dados e direitos na infância e adolescência no ambiente digital: caminhos para a proteção jurídica no Brasil e Argentina;
2. Contribuição à tomada de subsídio sobre tratamento de dados de crianças e adolescentes da autoridade nacional de proteção de dados.

Principais impactos:

- Publicação de relatório inédito na CPDP Latam, no Rio de Janeiro, com os resultados de 2 anos de pesquisas feitas por Data Privacy Brasil, ADC e Instituto Alana;
- Incidência na Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais e contribuições técnicas na interpretação do art. 14 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.



Projeto: Antitruste e regulação na economia digital

Descrição: O projeto visa o fortalecimento do debate antitruste no Brasil no que tange o papel dos dados pessoais e fomento de políticas de descentralização da economia digital.

Publicações:

1. Livro – Dados, Mercados Digitais e Concorrência.

Principais impactos:

- Organização de painel internacional na DPGC 2022 sobre antitruste e regulação de mercados digitais com Vera Franz (OSF), Tommaso Valletti (Imperial College of London), Victor Fernandes (CADE) e Camila Leite (Idec);
- Publicação do livro “Dados, Mercados Digitais e Concorrência” em formato aberto pela Biblioteca Digital do Senado Federal;
- Criação de coletivo internacional de monitoramentos de fusões e aquisições centradas em dados em parceria com SOMO (Holanda), Open Market Institute (EUA), Privacy International (Reino Unido), Balanced Economy (Reino Unido) e Idec (Brasil).



2023

Projeto: IA na sala de aula: modelos de participação para a comunidade escolar

Descrição: Tem o objetivo de discutir o uso de tecnologias que empregam inteligência artificial com aplicações na educação e propor um modelo de auditoria participativa voltado para a aquisição dessas ferramenta que envolva a participação e escuta de estudantes.

Publicações:

1. Implementação do PIDCP no Brasil: Submissão ao Comitê de Direitos Humanos da ONU;
2. IA na sala de aula: Construindo modelos participativos para a comunidade escolar.

Principais impactos:

- Elaboração de relatório sobre implementação do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos para Comitê de Direitos Humanos com enfoque em tecnologias educacionais e direitos de privacidade com InternetLab e Privacy International;
- Apresentação dos resultados da pesquisa ("IA na Sala de Aula") sobre modelos participativos para IA em comunidade escolar em seminário da Universidade de Notre Dame (EUA);
- Ingresso na rede internacional Partnership on AI.



Projeto: Onde canta o sabIA: governança e regulação de inteligência artificial a partir do Brasil

Descrição: O projeto visa qualificar o debate público sobre governança e regulação a nível local, regional e internacional com ênfase no Sul Global. Nesse sentido, dada a relevância econômica e geopolítica do Brasil no cenário global, um ponto prioritário é investigar e incidir para que sua modelagem regulatória concilie uma abordagem baseada em risco e em direitos, que considere efetivamente as particularidades do contexto nacional.

Publicações:

1. Temas Centrais na Regulação de IA: o local, regional e o global na busca da interoperabilidade regulatória;
2. Governança da inteligência artificial (IA): a interação entre o local, o regional e o global em direção a uma solidariedade transnacional;
3. Analysing simulated environments and immersive technologies in the European AI Act and Brazil's proposed AI regulation.

Principais impactos:

- Participação na Comissão de Juristas do Senado Federal para formulação de Anteprojeto de Lei de Regulação de Inteligência Artificial (nomeação de Bruno Bioni);
- Participação em audiências públicas durante tramitação do PL 2338/2023 no Senado Federal;
- Lançamento do relatório de pesquisa "Temas Centrais na Regulação de IA" na Data Privacy Global Conference 2023 e presença dos especialistas Alessandro Mantelero (Itália) e Anita Allen (EUA).





Assimetrias e Poder

De olho em processos de datificação e seus impactos, nessa linha buscamos compreender as assimetrias de poder e informação que são criadas ou intensificadas pelo avanço de tecnologias e o uso massivo de dados pessoais por governos e empresas. Esse trabalho parte de uma compreensão sobre como as tecnologias se relacionam com processos sociais de marginalização, discriminação e violências com marcadores raciais, sociais, de gênero, etc.

2022

Projeto: Defendendo o Brasil do Tecno Autoritarismo

Descrição: Diante do avanço do uso autoritário de tecnologias, o projeto tem o objetivo de identificar ameaças à privacidade, liberdades civis e direitos fundamentais, conscientizar o público a seu respeito e agir rapidamente para mitigar ameaças de leis e políticas antidemocráticas por meio de litígios e advocacia estratégicos.

Publicações:

1. Separação informacional de poderes no direito constitucional brasileiro;
2. Os problemas do Cadastro Base do Cidadão e a ADI 6649;
3. Amicus Curiae ao Supremo Tribunal Federal na ADI 6649;



4. Joint Submission to the United Nations Human Rights Council on the Universal Periodic Review 41st Session Fourth Cycle for Brazil;
5. Zine “Não permita que o Tecnoautoritarismo estrague seu rolê” (com Carol Ito);
6. Série de reportagens “Violência Premiada”, “Reprovado por Robôs”, “Câmera Viva” e “Avaliar e Punir”

Principais impactos:

- Participação e sustentação oral no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 6649 no Supremo Tribunal Federal (caso Cadastro Base do Cidadão);
- Contribuição ao Conselho Nacional de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas violações à privacidade e proteção de dados no Brasil em parceria com AccessNow;
- Organização de painel sobre Tecnoautoritarismo no Internet Governance Forum da ONU, reunindo ativistas do Sul Global;
- Publicação de 4 matérias jornalísticas escritas por jornalistas negros, com The Intercept Brasil, em parceria com Conectas e Data Labe.



Projeto: Expandindo o papel das Defensorias Públicas na proteção de dados no Brasil

Descrição: Promover a capacitação e reflexão de defensores públicos do Brasil sobre a proteção de dados pessoais, tanto nas suas atividades cotidianas quanto como um direito a ser promovido pelas Defensorias.

Publicações:

1. Construindo caminhos para a justiça de dados no Brasil: o papel das Defensorias Públicas na proteção de dados pessoais;
2. Relatório de atividades da Defensoria Pública do Rio de Janeiro e parceria com Data Privacy Brasil.

Principais impactos:

- Premiação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro por boas práticas de proteção de dados pessoais após dois anos de convênio com Data Privacy Brasil;
- Apresentação dos resultados da pesquisa com Defensorias Públicas na Bélgica, no seminário do grupo “Vulnera” da Universidade Livre de Bruxelas;
- Convênio firmado com Defensoria Pública da Bahia para capacitação de lideranças comunitárias.



Projeto: Eleições, desinformação e ilícito de dados

Descrição: O projeto teve como objetivo barrar práticas abusivas de uso indevido de tecnologias para fins antidemocráticos nas Eleições 2022.

Publicações:

1. [As regras do jogo e a várzea dos dados \(Folha de São Paulo\);](#)
2. [Um passo atrás: a relevância do combate aos ilícitos de dados nas eleições \(Fundação Böll\);](#)
3. [Representação contra Rodrigo Garcia perante Ministério Público Federal;](#)
4. [Dadocracia: Não Pedi para Receber Isso.](#)

Principais impactos:

- Formalização de denúncia para Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais no caso de disparos automáticos de SMS no Paraná;
- Colaboração com Ministério Público Federal em ação civil pública sobre usos ilícitos de dados pessoais em Minas Gerais;
- Contenção de usos ilícitos e colaboração com sistema de justiça durante período eleitoral em 2022.



Projeto: Transparência, Democracia e Proteção de Dados

Descrição: Fomentar discussões sobre a harmonização dos direitos de acesso à informação e transparência do poder público com os princípios da proteção de dados pessoais, evitando a instrumentalização da LGPD para ocultação de informações, desestruturação da regulação democrática e proteção de atores poderosos, incluindo no ambiente eleitoral.

Publicações:

1. Relatório Workshop LGPD e microdados: avançando em metodologias para avaliar riscos e garantir a transparência;
2. DivulgaCandContas e proteção de dados nas eleições: contribuições ao Superior Tribunal Eleitoral;
3. Jornalismo e proteção de dados pessoais: a liberdade de expressão, informação e comunicação como fundamentos da LGPD.

Principais impactos:

- Reversão da decisão do Tribunal Superior Eleitoral sobre acesso aos dados do DivulgaCandContas;
- Mudança de postura do Inep sobre eliminação de microdados após ação conjunta com Open Knowledge Brasil;
- Criação de frente ampla entre entidades de dados abertos e proteção de dados pessoais para conciliação dos conflitos entre LAI e LGPD.



2023

Projeto: Fronteiras, Tecnologia e Direitos Humanos: abrindo os programas de controle fronteiriço para a participação cidadã

Descrição: Compreender como se estruturam os sistemas tecnológicos de segurança fronteiriça e alfandegária implementados na área da tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai a partir de uma perspectiva de direitos humanos na interseção entre proteção de dados pessoais, segurança pública e controle de fronteiras, visando à ampliação da percepção pública sobre tais políticas.

Publicações:

1. [A Integração Invisível: um estudo sobre Centro Integrado de Operações Fronteiriças;](#)
2. [Tecnologia e direitos humanos na tríplice fronteira.](#)

Principais impactos:

- Apresentação dos resultados de pesquisa no Internet Governance Forum, evento da ONU;
- Divulgação do estudo pela Privacy International e pela TEDIC (Paraguai);
- Reunião com grupo de trabalho de professores universitários da Lavits para discussão dos resultados da pesquisa.



Projeto: Ambiente e informação: contestando a instrumentalização política da LGPD na regulação ambiental

Descrição: O projeto visa analisar decisões de órgãos públicos negando abertura de dados pessoais em questões ambientais, que utilizam a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) como justificativa para a falta de transparência. O projeto se dedica ao combate da instrumentalização política da LGPD e proposição de modelos de interpretação que combinem direito à informação com proteção de dados pessoais.

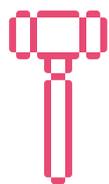
Publicações:

1. Políticas ambientais, transparência pública e proteção de dados: a viabilidade jurídica para compartilhamento de dados pessoais no âmbito do Cadastro Ambiental Rural;
2. Evento “Dados pessoais e controle de políticas ambientais: caminhos para a transparência pública”;
3. Editais de bolsa – Transparência pública, dados pessoais e controle social de políticas ambientais.

Principais impactos:

- Ingresso da Data Privacy Brasil no movimento Escazú sobre acesso à informação e regulação ambiental;
- Apresentação do projeto na RightsCon na Costa Rica;
- Realização de encontro presencial em São Paulo para junção de entidades do campo ambiental e entidades de direitos digitais.





Plataformas e Mercado Digitais

Nessa linha de atuação, monitoramos, analisamos e incidimos sobre processos regulatórios e nos arranjos institucionais de proteção de dados pessoais. Além de compreender como atuam e interagem autoridades a nível nacional e internacional, também fomentamos e participamos de atividades de debates com organizações governamentais, não governamentais e do setor privado.

2022

Projeto: Accountability e Identidade Civil Digital

Descrição: O projeto tem o objetivo de mapear as iniciativas de Identidade Civil Digital que estão sendo implementadas no Brasil e colaborar na construção de uma cultura de proteção de dados, accountability e elaboração de avaliações de impacto e risco nessas iniciativas.

Publicações:

1. Entre a visibilidade e a exclusão: um mapeamento dos riscos da Identificação Civil Nacional e do uso de sua base de dados para a plataforma Gov.br;
2. Oficina sobre Relatório de Impacto à Proteção de Dados e identidade civil digital;



3. “The digitization of the Brazilian national identity system: A descriptive and qualitative analysis of its information architecture” (Data & Policy).

Principais impactos:

- Publicação das nossas pesquisas em periódicos e seminários da Cambridge University Press e Instituto Alan Turing;
- Contribuição para a Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas;
- Diálogos com governo federal e times técnicos envolvidos com programas de Identidade Civil Digital.



Projeto: Ampliando as vozes do Sul Global na formulação de políticas de direitos digitais

Descrição: Aumentar a conscientização sobre os desafios que os processos de datificação representam para a democracia e os direitos humanos em todo o mundo, e promover uma colaboração e coordenação mais fortes entre as organizações do Sul Global que trabalham com direitos digitais, datificação e seus impactos nos princípios democráticos.

Publicações:

1. A agenda de comércio digital e o posicionamento do Brasil;
2. 2023 - Voices from the Global South: Perspectives on International Engagements in Digital Rights;
3. 2023 - Southern Alliance for the Global Digital Compact.

Principais impactos:

- Criação da Aliança do Sul Global com representantes de entidades civis das regiões da América Latina, África e Ásia;
- Realização de encontros de articulação da Aliança na Costa Rica (Rightscon), Japão (Internet Governance Forum) e Brasil (Data Privacy Global Conference);
- Lançamento do Fundo de Datificação e Democracia, com apoio do National Endowment for Democracy;
- Lançamento do relatório "Voices from the the Global South" em Kyoto, no Japão.



Projeto: Fragmentação da Internet e Soberania Digital

Descrição: Investigar as relações entre normas técnicas sobre privacidade e a fragmentação da Internet, possibilitando uma Internet aberta, interoperável, confiável e segura que promova e proteja direitos.

Publicações:

1. Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa envia contribuição para ONU na chamada sobre novas tecnologias;
2. Soberania digital: O que é o termo utilizado pelo governo para justificar o Plano Brasileiro de IA?

Principais impactos:

- Realização de projeto de pesquisa e incidência com Global Partners Digital e parceiros do Sul Global;
- Ingresso na União Internacional de Telecomunicações e início dos trabalhos de pesquisa na ITU-T (Grupo de Estudos sobre futuro das redes);
- Realização de encontro de formação sobre como interagir com IEEE e ITU.



Projeto: Privacidade e proteção de Dados com o ADAPT – Aprendizados

Descrição: Organizar workshops dedicados à discussão de questões concretas da defesa da proteção de dados no Sul Global, produzir relatórios focados nas conclusões e co-facilitar, em conjunto com a Internews, a aproximação e o diálogo entre as organizações do consórcio ADAPT.

Publicações:

1. Independência das Autoridades de Proteção de Dados: Lições da Série de Aprendizado de Privacidade de Dados;
2. Estratégias de Advocacia e Comunicação: Lições da Série de Aprendizagem da Privacidade de Dados.

Principais impactos:

- Realização de encontro presencial em São Paulo entre entidades que integram o programa ADAPT da Internews;
- Participação no Seminário de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Comitê Gestor da Internet;
- Lançamento da série de publicações sobre seminários do projeto ADAPT e lições do Sul Global.





05. **Comunicação** **e Marketing**

Comunicação e marketing

A área de comunicação e marketing da Data Privacy Brasil é responsável por consolidar as marcas da Escola e da ONG como referências no campo dos direitos digitais. Para que a Escola seja reconhecida como um espaço de inovação e difusão do conhecimento em privacidade e proteção de dados, a comunicação deve construir uma reputação de autoridade, expertise e inovação. Isso inclui identificar os públicos, canais e mensagens apropriados para cada produto educacional. No caso da ONG, o objetivo é promover a proteção de dados pessoais e outros direitos fundamentais, o que requer que a instituição seja vista como uma referência em pesquisa e incidência. Suas campanhas de advocacy precisam ser estrategicamente planejadas para alcançar os resultados desejados. Além disso, a intersecção entre as duas organizações deve ser gerida de forma estratégica para fortalecer o reconhecimento, os relacionamentos, a relevância e a reputação de ambas as marcas.



Menções na mídia

2022

261 menções

2023

271 menções





Destaques

2022

Estadão - A polêmica sobre as câmeras de reconhecimento facial

Discriminação algorítmica, sociedades sentinelas e resistência internacional são algumas das críticas apontadas pelos especialistas. Reportagem com participação de Bruno Bioni, codiretor da Data Privacy Brasil.

G1 - Câmara do Rio põe sigilo sobre presença de Carlos Bolsonaro em sessões remotas

Reportagem do UOL mostrou que o vereador filho do presidente raramente aparecia na câmera ou ligava o microfone nas discussões. Reportagem com participação de Rafael Zanatta, codiretor da Data Privacy Brasil.

Folha de S. Paulo - LGPD e transparência: é hora de acertar o passo

Correta, lei virou subterfúgio para o governo federal ocultar dados públicos. Artigo co-escrito por Bruno Bioni e Rafael Zanatta, codiretores da Data Privacy Brasil.

UOL - Brasil é o 6º país com mais ataques: tentativas de fraude chegaram a 1 milhão

Reportagem com participação de Mariana Rielli, codiretora da Data Privacy Brasil.



2023

Agência Pública - Como empresa de espionagem israelense alvo da PF se espalhou pelo poder público no Brasil

PRF, militares e governos de 9 estados contrataram serviços de empresa de espionagem Cognyte, agora sob investigação. Reportagem com citação a Data Privacy Brasil.

Nexo - Os desafios para regulamentar o uso da inteligência artificial

Brasil, Canadá e países da Europa elaboram legislação para reduzir os riscos de emprego inadequado de programas e aplicativos dessa área. Reportagem com participação de Bruno Bioni, codiretor da Data Privacy Brasil.

Estadão - Secretaria da Educação de SP instala app sem autorização em celulares de professores e alunos

Correta, lei virou subterfúgio para o governo federal ocultar dados públicos. Artigo co-escrito por Bruno Bioni e Rafael Zanatta, codiretores da Data Privacy Brasil.

TV Cultura - EUA cria lei para uso da inteligência artificial em vagas de emprego

Reportagem com participação de Mariana Rielli, codiretora da Data Privacy Brasil.

Folha de S. Paulo - Sem regulação, país pode perder barco de inteligência artificial e virar consumidor

Tramitam no Senado três projetos de lei sobre o tema, que precisa respeitar LGPD e direito do consumidor. Reportagem com participação de Bruno Bioni, codiretor da Data Privacy Brasil.





Tabuleiro

Lançamento da nova newsletter oficial da Data

2023

38 edições
5k média de acessos por edição



Dadocracia

O podcast oficial da Data

2022

35 episódios
+24k reproduções

2023

25 episódios
+19k reproduções





Redes sociais

2022

 + **2.160 seguidores**

 + **3.079 seguidores**

 + **1.090 seguidores**

 + **552 inscritos**

Total: 6.881 novos seguidores

2023

 + **2.688 seguidores**

 + **2.140 seguidores**

 + **440 seguidores**

 + **335 inscritos**

Total: 5.603 novos seguidores

**Total do biênio:
+12.484 seguidores**





Audiovisual

2022

Reels (Instagram) mais assistido:

3.798 mil visualizações

Vídeo mais assistido:

913 visualizações

(Privacy Day Summit)

+ de 5.900 visualizações de lives, aulas abertas e eventos no YouTube

2023

Reels (Instagram) mais assistido:

13 mil visualizações

Vídeo mais assistido:

2.360 visualizações

(Aula Aberta da Regulação de IA)

+ 3.618 visualizações de aulas abertas no YouTube

Destaque: o documentário Justiça Social na Era dos Dados teve mais de 10 mil visualizações em 2023 (Reels e YouTube)





06.

Data Privacy

Global

Conference

(DPGC)

Data Privacy Global Conference- DPGC

2022

29 palestrantes
+200 participantes presenciais
+50 organizações representadas
7 transmissões ao vivo nas Embaixadas Data ao redor do Brasil

Mídia

ANPD - [Diretor-Presidente da ANPD abre painel no Data Privacy Global Conference](#)

2023

29 palestrantes
+350 participantes presenciais
+130 organizações representadas
11 transmissões ao vivo nas Embaixadas Data ao redor do Brasil

Mídia

Folha de S. Paulo - [Racismo: 'prisão por erro tecnológico é inaceitável'](#)

Marco Zero Conteúdo - [Quem é a jovem trans que vai representar Pernambuco em conferência global de segurança de dados](#)





07.

Governança

Governança

2022 e 2023 foram anos muito importantes para a redefinição da estrutura de liderança da Data Privacy Brasil e fortalecimento dos pilares que nos guiaram desde o início: manutenção de parâmetros éticos de financiamento, prestação de contas por parte da diretoria e hignidez na gestão financeira da organização.

Além dos processos de prestação de contas no âmbito de projetos e financiamentos específicos, e de abertura para a comunidade por meio de relatórios como este, a prestação de contas também se dá por meio do diálogo com o

Conselho Consultivo da Data. Entre 2022 e 2023, o Conselho Consultivo foi formado por Carlos Afonso (Nupef), Cecília Olliveira (Fogo Cruzado), Fernanda Bruno (UFRJ), Marília Monteiro (Nubank), Renato Leite Monteiro (Twitter) e Virgílio Almeida (UFMG).

Nova direção

No primeiro semestre de 2023, ocorreu o término do primeiro mandato de três anos dos diretores Bruno Bioni e Rafael Zanatta. No segundo semestre de 2023, foi anunciada a ampliação da Diretoria Executiva e o ingresso de Mariana Rielli, àquela altura há quase 5 anos na organização e tendo ocupado distintas posições de liderança ao longo deste período, na direção da Data Privacy Brasil, bem como nos seus quadros de associados. Ao longo do ano de 2023 avançamos na consolidação interna de divisões funcionais na nova diretoria, além de aproximar a nova diretora de nossas redes, financiadores e parceiros estratégicos.

A diretoria é o órgão de direção e supervisão administrativa da associação e é, hoje, composta por três diretores. Em 2023, houve a designação de Rafael Zanatta como diretor

presidente, Bruno Bioni como diretor vice-presidente e Mariana Rielli como diretora adjunta.

Entre as competências da diretoria, está a direção do patrimônio social da associação, o cumprimento das leis e do estatuto, a gestão de empregados e prestadores de serviços, a instauração do Comitê Especial de Abuso de Poder e Discriminação, a elaboração dos relatórios anuais de atividades, a prestação de contas referente ao exercício social e a política de contribuição associativa.

Nova coordenação

Junto à mudança da composição da diretoria da Data, também decidimos mudar a estrutura de coordenação para refletir uma divisão por áreas de pesquisa e advocacy - Governança e Regulação, Assimetrias e Poder e Plataformas e Mercados Digitais - e duas áreas transversais - Comunicação e Marketing e Cursos e Novos Negócios. Para compor a liderança dessas áreas, privilegiamos pessoas do time da Data, como Jaqueline Pigatto como coordenadora da área de Governança e Regulação, Pedro Saliba da área de Assimetrias e Poder e Pedro Martins da área de Cursos e Novos Negócios e fizemos duas novas contratações estratégicas em 2023: Victor Barcellos passou a coordenar a área de Comunicação e Carla Rodrigues foi coordenada para liderar a área de Plataformas e Mercados Digitais.

Planejamento estratégico

Ao longo do final de 2022 e todo o ano de 2023, a Data Privacy Brasil engajou em um longo processo de planejamento estratégico, com apoio profissionalizado da consultoria Noetá, que culminou em um plano para os próximos 3 anos e uma nova teoria da mudança. O processo para chegar a este resultado inclui longas reflexões internas e diálogos com parceiros e atores externos que nos auxiliaram e a quem somos muito gratos.



Gestão financeira e administrativa

Em paralelo ao processo de planejamento estratégico, em 2022 e 2023 também contamos com apoio profissional para realizar um diagnóstico de todos os mecanismos administrativos e subsistemas de recursos humanos, bem como nossas lacunas nessas áreas. Entre 2022 e 2023, a supervisão financeira e contábil foi feita com suporte da Attentive e um controller externo (Fernando Moreira). Internamente, o gerenciamento financeiro do dia-a-dia é conduzido por um analista financeiro.

Atualmente, a Data conta com apoio da Triven como suporte para diretoria financeira (*Chief Financial Officer as a Service*) e como controladoria interna para questões de compliance com os contratos e doações internacionais.





08.

Financiamento

Financiamento

A fonte de financiamento é um elemento crucial para uma organização sem fins lucrativos. Portanto, desenhamos uma política com critérios claros para avaliar a pertinência ou não do recebimento de recursos por nossa parte, sejam eles públicos, privados ou de fontes filantrópicas. O ponto fulcral destas regras é garantir a nossa autonomia e independência no desenvolvimento de pesquisas e demais atividades.

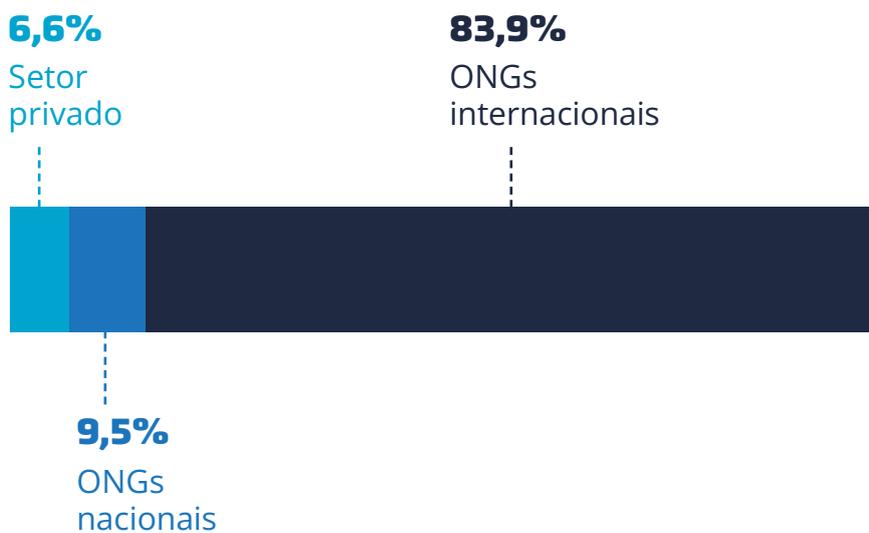
Contamos, inclusive, com um Grupo de Revisores Independentes, responsável por analisar previamente doações recebidas que ultrapassaram a casa dos R\$ 200 mil, para garantir que esse financiamento não iria interferir na independência ou compromisso ético de nossa Associação.

Em 2022, tivemos um orçamento de R\$ 2.786.500. As maiores fontes de financiamento vieram da Fundação Ford, da Open Society Foundations, da AccessNow e do Instituto Clima e Sociedade. Em 2023, operamos com um orçamento de R\$ 3.758.800. As principais fontes de financiamento vieram da Fundação Ford, Luminare, New Venture Fund, National Endowment for Democracy, Instituto Clima e Sociedade e Google.

Seguindo nosso estatuto e nossa política de financiamento ético, as doações de empresas ficaram abaixo de 10% da receita do biênio (R\$ 433.900 de recursos do setor privado). Houve uma redução de 21% de recursos do setor privado para apenas 6,6% em 2022 e 2023. Nosso limite estatutário prevê o máximo de 30% de receitas de doações de empresas.

A proporção de receitas de ONGs nacionais diminuiu de 15% para 9,5%, totalizando R\$ 618.973. A proporção de receitas advindas de ONGs internacionais aumentou de 64% para 83,9%, especialmente em razão dos aportes de entidades como National Endowment for Democracy,

Luminate e Ford Foundation.



Seguimos as melhores práticas de gerenciamento financeiro para garantia da hígidez da organização. As finanças da Data Privacy Brasil podem ser auditadas por doadores. Buscamos o máximo de transparência com a comunidade de doadores sobre o modo como os recursos são utilizados.



09.

Perspectivas
para o futuro
da Data

Perspectivas para o futuro da Data

A Data Privacy Brasil está em processo de integração, fortalecido no planejamento estratégico realizado em 2023 com visão para os próximos três anos. A Data Privacy Brasil Ensino e a Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa são duas organizações irmãs unidas por um objetivo comum: promover o conhecimento para a defesa da justiça de dados, direitos digitais e um ecossistema informacional justo.

Nossa visão é de uma sociedade democrática, com instituições adequadas, na qual as tecnologias estejam a serviço da autonomia, dignidade das pessoas e redução das assimetrias de poder. Este olhar inspira as nossas ações e os resultados esperados de nossos projetos.

Entendemos que nossa atuação será cada vez mais marcada pela integração entre o local e o global e por diálogos que vão além do campo dos direitos digitais. Nosso papel no Secretariado do T20, na agenda de Transformação Digital Inclusiva em colaboração com Ipea e CEBRI, é uma demonstração desse esforço de construção de uma agenda de justiça social com relação à governança e regulação de tecnologias. O que é feito no G20 pode influenciar positivamente o que é feito no Congresso Nacional e nos projetos comunitários, como no nosso projeto IA em Sala de Aula.

Além disso, essa relação entre o local e o global inspira o trabalho da Aliança do Sul Global e nossa proposta de formulação de novos conceitos para o Pacto Digital Global da ONU, como solidariedade de dados e conscientização sobre assimetrias globais. Nossas experiências com a defesa de direitos em Infraestruturas Públicas Digitais nos habilita a ter um diálogo internacional sobre esses temas.



Ao seguirmos essa visão, integramos saberes locais e globais em nossa atuação, enriquecendo nossa compreensão dos desafios contemporâneos e fortalecendo nosso impacto na defesa dos direitos digitais.

Do ponto de vista de gestão da organização, um dos objetivos principais para os próximos anos é diversificar suas fontes de receita para garantir sua sustentabilidade a longo prazo. Ao unir esforços, expertise e recursos, elas têm o potencial de impactar de forma mais significativa tanto na educação sobre direitos quanto na produção de pesquisas, eventos e serviços relevantes para a sociedade. Uma forma concreta de cooperação já em curso é a realização de eventos conjuntos, como a Data Privacy Global Conference e eventos de “construção do campo”, como o evento AI Summit em São Luís e o evento sobre Infraestrutura Pública Digital em Brasília, que reúnem atores de muitos setores para o diálogo construtivo sobre temas importantes.

Acreditamos que os temas de acesso à informação, regulação de Inteligência Artificial, Infraestruturas Públicas Digitais, regulação de plataformas, formulação e monitoramento do Pacto Digital Global e afirmação dos direitos de proteção de dados pessoais exigirão uma abordagem cada vez mais integrada entre diferentes setores da sociedade civil, indo muito além dos nichos específicos de período do Marco Civil da Internet e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Temos otimismo que organizações cívicas de diferentes origens podem construir arranjos de cooperação e solidariedade, fortalecendo causas comuns de interesse público. A Data se enxerga como sujeito ativo deste processo.



DataPrivacyBR
Research

Relatório bianual
Data Privacy Brasil
2022-2023